

O BRASIL ESTÁ NAS RUAS

Associação À Praça - Criar, Agir, Participar

<http://apraca.net>

O BRASIL ESTÁ NAS RUAS

Apresentação

“Não sou mesmo não. Não sou. Paz é coisa de rico. Não visto camiseta nenhuma, não, senhor. Não solto pomba nenhuma, não, senhor. Não venha me pedir para eu chorar mais. Secou. A paz é uma desgraça.” ***Da Paz (página 5)***

Os altos e baixos das revoltas no Brasil continuam a desconcertar o mundo e os próprios brasileiros. Na segunda-feira 17 Junho de 2013 explodiu uma onda de revoltas maciças com um grito plural que excedeu o pedido inicial para reduzir o preço de 0,20 cêntimos nos transportes públicos. “Isto não é por 0,20 cêntimos” ouve-se nas ruas. Pela primeira vez, os gritos apartidários foram ouvidos de forma contundente. ***Las maniobras de la política tradicional no acallan las protestas de Brasil (página 7)***

“O conflito de classes, em escala global, começa a acontecer nas redes, porque existe uma política de controle e hierarquização da informação nas redes, e, do outro lado, há gente trabalhando para a desobstrução dos canais. E isso é democracia, porque se você começa a fazer todo o fluxo de informação passar, as pessoas ficam sabendo o que os de cima não querem que elas saibam.” ***É preciso entender as redes e as ruas (página 13)***

“A reação negativa das presidências da Câmara e do Senado Federal e dos partidos de oposição ao governo federal diante do decreto 8243 de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social, é uma tentativa de conter o avanço de uma democracia participativa no Brasil. Esta tentativa busca, fundamentalmente, proteger os interesses daqueles grupos sociais que, historicamente, já tem acesso privilegiado ao Estado, porém é apresentada ao público como defesa do princípio da separação dos poderes.” ***Quem tem medo da sociedade civil (página 21)***

“Se você acha que a maconha mata a maconha não mata, não quem mata pobre é a polícia a Rota e o Caveirão.” Guerra às drogas é guerra aos negros e pobres. ***O debate não é mais sobre legalizar ou não, é sobre como legalizar”(pagina 23)***

Nem a FIFA, nem o mercado, nem o Estado e nem ninguém conseguem amansar esse povo complexo e controverso. A FIFA já constatou: o Brasil é o pior país para se trabalhar a sério na organização do Mundial. ***Estamos “comendo” a FIFA (página 26)***



DA PAZ

por Marcelino Freire

Eu não sou da paz.

Não sou mesmo não. Não sou. Paz é coisa de rico. Não visto camiseta nenhuma, não, senhor. Não solto pomba nenhuma, não, senhor. Não venha me pedir para eu chorar mais. Secou. A paz é uma desgraça. Uma desgraça.

Carregar essa rosa. Boba na mão. Nada a ver. Vou não. Não vou fazer essa cara. Chapada. Não vou rezar. Eu é que não vou tomar a praça. Nessa multidão. A paz não resolve nada. A paz marcha. Para onde marcha? A paz fica bonita na televisão. Viu aquele ator?

Se quiser, vá você, diacho. Eu é que não vou. Atirar uma lágrima. A paz é muito organizada. Muito certinha, tadinha. A paz tem hora marcada. Vem governador participar. E prefeito. E senador. E até jogador. Vou não.

Não vou.

A paz é perda de tempo. E o tanto que eu tenho para fazer hoje. Arroz e feijão. Arroz e feijão. Sem contar a costura. Meu juízo não está bom. A paz me deixa doente. Sabe como é? Sem disposição. Sinto muito. Sinto. A paz não vai estragar o meu domingo.

A paz nunca vem aqui, no pedaço. Reparou? Fica lá. Está vendo? Um bando de gente. Dentro dessa fila demente. A paz é muito chata. A paz é uma bosta. Não fede nem cheira. A paz parece brincadeira. A paz é coisa de criança. Tá uma coisa que eu não gosto: esperança. A paz é muito falsa. A

paz é uma senhora. Que nunca olhou na minha cara. Sabe a madame? A paz não mora no meu tanque. A paz é muito branca. A paz é pálida. A paz precisa de sangue.

Já disse. Não quero. Não vou a nenhum passeio. A nenhuma passeata. Não saio. Não movo uma palha. Nem morta. Nem que a paz venha aqui bater na minha porta. Eu não abro. Eu não deixo entrar. A paz está proibida. A paz só aparece nessas horas. Em que a guerra é transferida. Viu? Agora é que a cidade se organiza. Para salvar a pele de quem? A minha é que não é. Rezar nesse inferno eu já rezo. Amém. Eu é que não vou acompanhar andor de ninguém. Não vou. Não vou.

Sabe de uma coisa: eles que se lasquem. É. Eles que caminhem. A tarde inteira. Porque eu já cansei. Eu não tenho mais paciência. Não tenho. A paz parece que está rindo de mim. Reparou? Com todos os terços. Com todos os nervos. Dentes estridentes. Reparou? Vou fazer mais o quê, hein?

Hein?

Quem vai ressuscitar meu filho, o Joaquim? Eu é que não vou levar a foto do menino para ficar exibindo lá em baixo. Carregando na avenida a minha ferida. Marchar não vou, ao lado de polícia. Toda vez que vejo a foto do Joaquim, dá um nó. Uma saudade. Sabe? Uma dor na vista. Um cisco no peito. Sem fim. Ai que dor! Dor. Dor. Dor.

A minha vontade é sair gritando. Urrando. Soltando tiro. Juro. Meu Jesus! Matando todo mundo. É. Todo mundo. Eu matava, pode ter certeza. A paz é que é culpada. Sabe, não sabe?

A paz é que não deixa.

[publicado em 20/6/2006 (por ocasião dos Crimes de Maio de 2006)]

Las maniobras de la política tradicional no acallan las protestas de Brasil

Los movimientos y partidos de izquierda empiezan a sentirse cómodos en las revueltas de Brasil. Se incorporan a las revueltas pero sin las banderas políticas de sus organizaciones.

El Gobierno de Dilma Rousseff contraataca con reuniones con diferentes movimientos. El Congreso, asustado por las revueltas masivas, también reacciona y aprueba el fin del voto secreto de los diputados.

Del blanco al negro. De la derecha a la izquierda. Los vaivenes de las revueltas de Brasil siguen desconcertando al mundo y a los propios brasileños. El lunes 17 de junio explotó una oleada de revueltas masivas con un grito plural que excedía la petición inicial de bajar 0,20 centavos el precio del transporte público. “Esto no es por 0,20 centavos”, se oía en las calles. Por primera vez, los gritos apartidistas se escucharon en la calle de forma contundente.

El jueves 20, los grandes medios de comunicación y grupos conservadores se incorporaron a las protestas dirigiendo el foco contra el Gobierno de la presidente Dilma Rousseff. Tras tres días de pánico, en los que en círculos izquierdistas se llegó a escuchar que existía un golpe de Estado, todo volvió a cambiar.

A partir del martes 24, los movimientos sociales y la izquierda política clásica se incorporaron de nuevo a las protestas. Las asambleas políticas que empezaron a consolidarse en las

calles y plazas de todo el país atrajeron a los movimientos populares y alejaron a la derecha. La reacción macropolítica de Dilma Rousseff -lanzar la propuesta de un plebiscito constituyente y aprobar algunas leyes concretas- también alejó a los grupos más conservadores de las protestas. Pero las protestas no paran. En Río de Janeiro está convocada una manifestación alrededor del estadio Maracanã, mientras Brasil y España jueguen la final de la Copa de Confederaciones. Sin embargo, las lecturas izquierda-derecha no explican lo que está ocurriendo en Brasil. Las explicaciones macro tampoco reflejan lo que se está cocinando en las calles y las redes de Brasil. Los detalles micro son, en estos momentos, las mejores metáforas para acercarse a un ecosistema social mucho más complejo. El lenguaje corporal de las calles desmiente las versiones oficiales. Y los mensajes emotivos en las redes sociales y la letra pequeñas de algunos manifiestos hablan claro sobre un nuevo movimiento social brasileño, horizontal y transversal, que todavía no tiene nombre.

1. Una ocupación pacífica de una asamblea municipal.

La Cámara Municipal de Belo Horizonte -Cámara legislativa del vital tercer colegio electoral de Brasil- está ocupada desde la mañana del sábado por una multitud. Durante un momento del streaming, realizado por PostTV.org, la multitud cantó una canción que Chico Buarque compuso contra la dictadura (y que la censura no entendió): “A pesar de ti, mañana será otro día”.

A diferencia de otras ciudades que ya han conseguido bajadas en la tarifa del transporte público, la mejora del transporte público en Belo Horizonte todavía es una causa común. Hay otras muchas peticiones. La Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte congrega a miles de personas bajo el viaducto del barrio de Santa Teresa y ya es la más sólida de Brasil. El deseo de participación política, mientras el poder público no aparece, ya cuaja en formatos horizontales en el espacio público de todo Brasil.

2. Un cartel en el que cabe todo.

En el medio de la fotografía que The New York Times incluye en *The Signs of the Brazilian Protest*, tomada en Recife el día 20, hay un cartel que pasa casi desapercibido. Está, además, cortado. Casi con toda seguridad dice “hay tanta cosa equivocada que no cabe en este cartel”. Los medios del mundo han intentado identificar los gritos y peticiones concretas de los carteles. Pero han ignorado algunos que eran, tal vez, más sintomáticos.

En las calles de São Paulo se han podido ver carteles como “Todavía no tengo frase para llenar este cartel”, “En este cartel caben todos los gritos” o “Salimos de Facebook”. En un país poco dado hasta ahora a protestar en las calles, empuñar un cartel vacío revela un cambio de actitud vital. En su texto *Deliciosa oportunidad de cuestionar los mitos*, Theoronio de Paiva afirma que las revueltas tiran por tierra todos los mitos fundadores de Brasil: “Mucho tiempo de falta de conciencia política produjo una herida abierta descomunal”.

Derrumba el mito del pueblo “indolente, perezoso e sin carácter” del héroe nacional Macunaíma, un personaje creado por el escritor modernista Mário de Andrade. También derriba el mito del “hombre cordial”, que nunca dice no y negocia evitando el conflicto, metáfora acuñada por el sociólogo Sérgio Buarque de Holanda en 1936. Un cartel en blanco, con una actitud reivindicativa, despedaza los cimientos imaginarios de Brasil. Es un precipicio que abre la construcción de una nueva narrativa de país.

Retrato n.1 Povo acordado e suas 1000 Bandeiras from Edu Yatri loschpe on Vimeo.

3. Una mujer aguantando gritos no partidistas.

Hasta el pasado 17 de junio, escuchar gritos apartidistas en una manifestación era algo casi inédito en Brasil. El vídeo *Retrato n.1 Povo acordado e suas 1000 Bandeiras* es la metáfora más cruda del choque de mundo. Muestra cómo una mujer de 57 años aguanta los gritos de una multitud

enfurecida contra las banderas de los partidos políticos. Ellos gritan: "Oportunista", "es politiquería", "aquí nadie tiene siglas", "quema la bandera". Ella resiste: "No comencé hoy", "luché por la revolución socialista", "tengo conciencia política". El 17J se abrió una brecha contra el sistema de partidos. Pero también una resiliencia -adaptación, mutación- del descontento. Se empezó a diferenciar entre "apartidistas" (sin partido) y "antipartidistas", como alguien que reacciona con violencia frente a los partidos. Se legitima lo apartidista pacífico y se critica lo antipartidista radical.

4. Un izquierdista sin bandera.

Martes 24, 19.30 horas. Vano del Museu de Arte de São Paulo (MASP). Una asamblea temática titulada Democracia en los medios congrega a unas mil personas. Cualquiera puede hablar. Basta empuñar un micrófono. De repente, sube al pequeño palco montado Danilo (no dice su apellido), miembro del Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST), histórico movimiento que hasta entonces no ha entrado en las protestas. Un matiz vital.

Danilo afirma que está como ciudadano. Y no lleva bandera del MST. El detalle anticipó el cambio de estrategia de los movimientos y partidos de izquierda. Intentar participar en las manifestaciones con banderas fracasó. Incorporarse a una nueva gramática social agregadora y horizontal de forma diluida, como hizo Danilo, pasa a ser el nuevo camino. Los militantes de izquierda ya conviven con el deseo apartidista del nuevo movimiento en las asambleas populares de Río de Janeiro, São Paulo, Campinas (São Paulo), Porto Alegre, Belo Horizonte, Vitória y João Pessoa, entre un largo etcétera.

5. Perfiles de apoyo a Dilma Rousseff. A partir del viernes 21 de junio, cuando grupos conservadores se incorporaron a las protestas y los grandes medios dirigieron el descontento contra el Gobierno de Dilma Rousseff, una oleada solidaria sacudió la red social Facebook. Muchísima gente cambió su fotografía de perfil por un avatar colorido diseñado para la campaña presidencial de Dilma Rousseff. También se veían

muchas camisetas con el mismo diseño.

6. Policías que se unen a los manifestantes. Las imágenes de la dura represión de la Policía Militar (PM) en São Paulo o Río de Janeiro que expandieron las revueltas han dado la vuelta al mundo. Sin embargo, las escenas de la no violencia, siendo mayoritarias, no han circulado tanto. La Policía Militar de São Paulo se unió en algunos momentos a las protestas. Una joven intentó besar a un policía militar en Río de Janeiro. El vídeo en el que un presunto policía de paisano arroja su arma al fuego, ha circulado bastante. Aunque no se pueda comprobar su veracidad, lo interesante es el intento de construir un relato agregador que rompe el antagonismo entre manifestantes y fuerzas de seguridad. La fotografía del colectivo Mídia Ninja en la que una pareja se acaricia bajo el clima bélico de Belo Horizonte también es un contraataque narrativo de las calles tomadas.

7. La revolución de arriba contra el 99%.

Los grandes medios han dado gran relevancia a la reacción del Gobierno de Dilma y del Congreso brasileño a las revueltas. Cierto: en pocos días se han aprobado varias leyes. El fin del voto secreto de los diputados o la destinación de los beneficios del petróleo a educación y salud. También se anunció a bombo y platillo la búsqueda de un pacto para mejorar la movilidad urbana.

Un detalle pasó desapercibido: la negociación inicial fue exclusivamente con el Movimiento Passe Livre (MPL), que convocó las primeras manifestaciones. El MPL, en una carta abierta a Dilma, dejó desconcertado a un Estado que busca a los líderes concretos de una revuelta coral cocinada descentralizadamente: "Esperamos que esa reunión marque un cambio de postura del Gobierno Federal, que se extienda a las otras luchas sociales: a los pueblos indígenas, a las comunidades afectados por desalojo; a los sin techo; a los sin tierra".

Que el Estado intenta acoplarse a las protestas y apropiarse de su energía es un hecho. Dilma ya se ha reunido con

líderes de diferentes colectivos. ¿Conseguirá el Gobierno canalizar peticiones y apagar el fuego de una revueltas que en muchos casos critican a Gobiernos e instituciones locales, regionales o incluso supranacionales?

La fagocitación vertical de los movimientos sociales tampoco es ninguna novedad en Brasil. El expresidente Getúlio Vargas instauró en 1940 el Primero de Mayo (día del trabajador) y la subida del salario mínimo en actos populistas en estadios de fútbol. Salvando la distancia, los militares brasileños y parte de la prensa acostumbran a referirse al golpe de 1964 como la “revolución brasileña”. ¿Conseguirá el Estado fagocitar el espíritu de las revueltas? Que el propio Passe Livre, que se declara apartidista y confiesa sus influencias zapatistas, no se considere líder cambia en parte las reglas del juego. Debajo del pasamontañas no estamos nosotros, están ustedes (frase del subcomandante Marcos). Son el 99%.

http://www.eldiario.es/internacional/mil-mutaciones-revueltas-Brasil_0_148385477.html

É PRECISO ENTENDER AS REDES E AS RUAS

Por Glauco Faria e Igor Carvalho

20/10/2013

Confira trechos da entrevista com Laymert Garcia dos Santos, professor de Sociologia da Unicamp, na edição 127 de Fórum. Para ele, o conflito de classes, em escala

“O caso Snowden é o último elo de uma cadeia que vem vindo de várias outras que já entenderam o enorme potencial das redes, de politizar as questões simplesmente pela circulação dos fluxos de informação. Por quê? Porque se o Estado e o mercado podem saber tudo sobre a população, explorando isso do ponto de vista do controle, por outro lado os movimentos também podem.” A ponderação é de Laymert Garcia dos Santos, doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Paris VII e professor titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, e remete à importância de se debater o funcionamento das redes e sua relação com as ruas, algo que veio à tona com as manifestações de junho no Brasil.

Para Laymert, o advento do Wikileaks fez com que se prestasse mais atenção sobre quais informações as elites gostariam que não fossem reveladas. “O conflito de classes, em escala global, começa a acontecer nas redes, porque existe uma política de controle e hierarquização da informação nas redes, e, do outro lado, há gente trabalhando para a desobstrução dos canais”, afirma. “E isso é democracia,

porque se você começa a fazer todo o fluxo de informação passar, as pessoas ficam sabendo o que os de cima não querem que elas saibam.” Confira abaixo trechos da entrevista, que está na edição 127 de **Fórum**.

Fórum – Dentro dessa sua ideia de entender o digital como o futuro e remetendo um pouco às manifestações. Nós tínhamos esse setor do Gil, com o Juca Ferreira, no governo Lula, que tinha esse entendimento muito claro do papel da tecnologia aliada à cultura. Mas as manifestações também não mostraram para certos setores que estão analógicos demais? Ou seja, nossos partidos de esquerda, muitos sindicatos e movimentos sociais não tratam desse tema ainda.

Laymert – Concordo plenamente com a análise que você faz, tem uma questão que para mim é complicada, a incapacidade que governos do PT tiveram em lidar com a questão da mídia. De certo modo, ela permaneceu intocada, até quando houve momentos em que alguma coisa de mais forte poderia ter sido feito, quando a Globo fez uma aposta errada no mercado financeiro e entrou em uma situação de crise. Ali havia um flanco aberto, mas o governo Lula foi lá e bancou, sem colocar condições.

Isso continua até hoje. Em parte, isso se deve ao fato de a esquerda brasileira nunca ter feito a crítica de fundo da mídia. E nem da tecnologia. A posição de esquerda de partidos, sindicatos etc. é de que os meios são neutros e tudo depende de quem se apropria dessa técnica e, portanto, quando chegar o momento de a esquerda estar no poder, se faz uma inversão de signos. Isso é o máximo que a esquerda pensou sobre essa questão, e há muitos anos venho pensando e batalhando por um outro entendimento, porque não é possível você considerar a tecnologia como algo meramente instrumental, quando ela modifica completamente todos os tipos de relação. A tecnologia, sobretudo depois da virada cibernética, mudou a vida, o trabalho e a linguagem. Ou seja, mudaram as relações. Nessas condições, se você não fizer uma crítica de fundo, vai acabar fazendo aquilo que critica em seu adversário, vai fazer isso achando que colocou um

conteúdo de esquerda, mas as práticas serão as mesmas. Assim, vai ser tão manipulatório e antidemocrático quanto antes e, de certo modo, desconhecendo o próprio potencial que a tecnologia traz.

Por exemplo, voltando um pouco, há uma questão que me espantou, que mostra como se pode ao mesmo tempo estar no jogo não sabendo que se está no jogo. Nas grandes manifestações, em junho, todo mundo se volta para o Estado para ver qual será a reação deste Estado. A Dilma vai para a televisão e faz uma proposta de uma Assembleia Constituinte específica para a reforma política. Ela deu uma resposta política que era absolutamente crucial, porque respondeu a uma demanda de poder dos movimentos nas ruas, com algo que ampliava a participação em poder, já não seria o Congresso o ator principal dessa operação. E foi interessantíssimo, bastante elucidativo, porque, ao fazer essa proposta, os conservadores e a classe política inteira se mobilizaram para boicotá-la, primeiro para transformá-la em um plebiscito para que nada acontecesse. Esses setores estão no seu papel, quem não está em seu papel são os manifestantes, que pediam mais poder e, quando você tem a autoridade máxima do Estado acenando e dizendo: “Vamos nessa?”, o outro lado não responde. Não houve manifestações para isso e nem um entendimento sobre o que significava esse gesto. Ouvi gente dizendo: “Ah, mas era um cálculo político”. Não importa. As ruas emitiram um sinal, e a Dilma emitiu um outro sinal em resposta num sentido de ampliação da democracia como nunca havia acontecido. Os setores da direita imediatamente souberam ler o que estava em jogo, e os manifestantes não souberam. Por quê? Despolitização? Não souberam avaliar? O que aconteceu? Isso me fez pensar que as reivindicações do movimento são restritas, de certa maneira têm um certo fôlego, que não é muito grande, e sendo atendidas algumas reivindicações, você consegue esvaziar. De qualquer maneira, se perdeu uma oportunidade naquele momento, havia uma abertura para uma potência, que não se concretizou.

Para mim, essa perda de oportunidade diz muito sobre a

leitura de campos de forças e do entendimento sobre o que é este jogo de forças. Em relação às novas tecnologias, para o PT, para os sindicatos e movimentos sociais, ainda não caiu a ficha da sua importância e que isso pode ser trabalhado de uma outra lógica, colocando em xeque políticas de controle global. O caso Snowden é o último elo de uma cadeia que vem vindo de várias outras que já entenderam o enorme potencial das redes, de politizar as questões simplesmente pela circulação dos fluxos de informação. Por quê? Porque se o Estado e o mercado podem saber tudo sobre a população, explorando isso do ponto de vista do controle, por outro lado os movimentos também podem, e isso o Wikileaks começou a fazer, a prestar atenção sobre quais informações os super-ricos querem suprimir. O conflito de classes, em escala global, começa a acontecer nas redes, porque existe uma política de controle e hierarquização da informação nas redes, e, do outro lado, há gente trabalhando para a desobstrução dos canais. E isso é democracia, porque se você começa a fazer todo o fluxo de informação passar, as pessoas ficam sabendo o que os de cima não querem que elas saibam. É o que está acontecendo com o Snowden de novo. Isso a própria tecnologia permite como a lógica de funcionamento em rede auxilia na distribuição da informação. O que as pessoas não entendem de jeito nenhum é que a informação é a diferença que faz a diferença, e também é o valor do capitalismo contemporâneo.

Quando a informação se tornou valor, e isso começou na década de 1970, a questão se colocou: "Como ganhar dinheiro com a informação?". Porque a informação não tinha preço. Foi reelaborada e inventada uma coisa que se chama direito de propriedade intelectual, que não é só uma extensão do direito autoral e do direito de invenção da propriedade industrial, é muito mais do que isso. É o que alguns especialistas chamam de "a última enclosure", o último cercado que começou na Inglaterra com o começo do capitalismo, quando se cercou a terra. Agora vamos criar um que vai cercar essa unidade mínima que é a diferença que faz a diferença, para garantir a exploração desse valor como unidade mínima, e, ao mesmo tempo, com um alcance global.

A lógica das redes, de seu funcionamento e aperfeiçoamento, é colaborativa, e, sendo colaborativa, ela escapa, é da sua própria lógica que as informações circulem. Se não circulam é porque começam a colocar gargalos para cercar e fazer a captura dentro do sistema que permite que isso vire uma propriedade. A esquerda ainda não entendeu o alcance que isso tem como luta política. Se pegarmos, por exemplo, esse sistema anglo-americano de espionagem, porque são americanos, mas os ingleses estão acoplados, como eles chamam as primeiras operações por meio desses sistemas? Vão dar os nomes das primeiras batalhas imperialistas, tanto dos EUA quanto da Inglaterra. Por quê? Porque começou, em outro plano, um outro tipo de imperialismo, e se você não estiver preparado para lutar neste outro plano, como vai perceber o que está em jogo? Existe uma guerra, hoje, no mundo digital, mas é real também porque a dimensão virtual da realidade é tão real quanto a física. Mas a ficha ainda não caiu que esse conflito está lá, e é claro que isso precisa ser entendido, se tornar uma questão política de ponta. Ainda não vi as pessoas se mobilizando para defender o marco regulatório da internet; inclusive, se a gente fizer isso, ou vier a fazer num futuro próximo, vamos ser modelo para outros países que estão com o mesmo problema. Mas precisamos fazer.

Não se faz democracia sem informação, e a maneira de fazer democracia atualmente é expondo, para os ricos, aquilo que eles fazem para o resto da população. Se eles podem fazer tudo e levantar tudo sobre a população, e estão o tempo inteiro se protegendo e protegendo essa informação, sobretudo para destruir aquilo que não deve ser conhecido, os caras que aparecem, de certa maneira, e levantam esse movimento, mostram como essa lógica de captura funciona, estão trabalhando para uma desobstrução de canais, algo absolutamente fundamental. Só pela desobstrução de canais e por uma luta entendendo o que é a propriedade intelectual e o que é fechar a informação para uma apropriação é que você vai poder lutar no futuro, porque não se pode mais voltar para trás. Quando se observa a geração de agora, de 20 anos, eles não conseguem nem lembrar, aliás, nem conseguem saber o que é o mundo sem internet. Nós

também não. Algum de nós consegue viver sem internet? Claro que não.

Fórum – Esse campo, esse fluxo das redes, já se constituiu num campo de batalha para as grandes potências, para o grande capital também, mas muita gente, inclusive da esquerda, ainda não captou isso. A gente pode dizer hoje que as redes e as novas tecnologias são essa nova expressão da luta de classes, só que ninguém enxergou ainda?

Laymert – Não é que há um determinismo tecnológico, não é essa a questão, se essas máquinas existem é porque as forças produtivas se desenvolveram a ponto de criar essas máquinas. Mas elas colocam a luta política em outro patamar, e esse outro patamar não pode mais deixar de ser levado em conta porque a luta vai se passar lá. Não só lá, mas não é possível entender as ruas hoje, no Brasil e em outros países, sem entender o binômio redes e ruas, com suas especificidades. O modo como o movimento se dá nas redes não é exatamente o mesmo que se dá nas ruas, a relação rede-rua é que tem de ser pensada junto, na sua articulação, e isso é política. Chamo isso de tecnopolítica porque não é mais possível pensar a política sem a tecnologia junto. Estamos vendo agora na política internacional, em que se discute aquilo que se passa nas redes.

Fórum – Mas ela ainda é excludente...

Laymert – Claro que é excludente, e se você quiser expandir a democracia política no país, tem de ter banda larga pra todo mundo e com preço acessível, mas tem de ser uma política de Estado. Já devia haver uma diretriz nesse sentido, porque o acesso às comunicações no Brasil é muito caro, não só a banda larga como a telefonia celular é extremamente cara para uma qualidade ruim, a relação qualidade-preço é absurda, e isso revela que existe muito caminho para ser trilhado aqui. É preciso garantir o acesso para a população, mas também trabalhar a educação digital dessas pessoas, e acho que foi isso que o Gil sacou, que podia fazer uma relação entre riqueza cultural e um povo sem acesso. O

mais importante é abrir canais novos, e o potencial que a pessoa tem na periferia encontra uma maneira de realizar aquilo, não se torna só um consumidor de uma cultura que vem de cima para baixo. É uma diferença enorme. E até a dependência em relação à mídia velha vai sendo cada vez menor.

Fórum – Em relação à educação, existe também a questão do trabalho imaterial, que começa a ganhar importância; não sei se é possível isolar, mas como isso modifica a luta dos trabalhadores, dos sindicatos e como entra a questão educacional nesse sentido?

Laymert – A virada cibernética começou nos anos 1950 nos laboratórios, e nos anos 1970, as máquinas inteligentes começaram a entrar, com os computadores pessoais, em todos os setores, na vida social, na produção, em tudo. Houve uma alteração que é crescente, e cada vez mais profunda, da vida e do trabalho das pessoas, afetou o modo como se trabalhava, instaurando o que muitos chamam, inclusive, de crise da sociedade de trabalho. Porque as máquinas começaram a substituir não só a força física, como era no século XIX, com as máquinas a vapor substituindo quem fazia a força motora, mas passou a fazer todo tipo de trabalho que não é o de invenção, que a máquina não é capaz de criar ela própria. Fora esse trabalho, a substituição do trabalhador pela máquina é cada vez maior, tanto que vemos, desde que isso começou, um paradoxo enorme no qual todos os governos do mundo dizem que precisam aumentar o nível de emprego, e fomentam políticas que substituem os humanos pelas máquinas. Você diz o tempo todo que vai lutar pelo aumento do emprego e, ao mesmo tempo, implanta uma política que elimina o trabalhador e põe uma máquina no lugar dele.

Claro que não é culpa das máquinas, e sim das relações sociais, pois se elas ocupam o lugar dos humanos, eles poderiam ser liberados e preparados para fazer o trabalho que elas não podem fazer. Mas esse desenvolvimento é usado contra o trabalhador, fazendo com que antes ele fizesse

uma greve por melhores condições de trabalho e depois da era cibernética, que ele pedisse pelo amor de Deus pra trabalhar. Essa mudança é o que os especialistas chamam de crise da sociedade do trabalho. Hoje a precarização é tal que você luta para manter o seu trabalho. Ao mesmo tempo, essa nova situação cria condições para que outro tipo de trabalho possa acontecer, de caráter colaborativo, escapando dessa lógica.

É necessário que os sindicatos, os trabalhadores discutam isso, quais são as positivities que podem ajudar para não transformar isso em um ludismo, uma briga contra a máquina. Por outro lado, tem de haver uma educação que já integre essa frente de transformação digital porque o mundo se transformou em algo no qual a dimensão digital é incontornável, e é preciso que a população seja educada pra isso. Qual o problema principal depois que você consegue o acesso? É que é necessário ter uma educação para que, dentro daquele fluxo gigantesco de informações, você possa ter parâmetros para discriminar a informação que vai ser boa para você. Não é só o acesso físico, se não tiver critério para se politizar dentro disso, por exemplo, você vai usar a máquina como uma televisão. Usa 1% dela, e no que ela tem de pior.

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/e-preciso-entender-as-redes-e-as-ruas/>

Quem tem medo da sociedade civil

Por Felipe Amin Filomeno

24/06/2014

A reação negativa das presidências da Câmara e do Senado Federal e dos partidos de oposição ao governo federal diante do decreto 8243 de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social, é uma tentativa de conter o avanço de uma democracia participativa no Brasil. Esta tentativa busca, fundamentalmente, proteger os interesses daqueles grupos sociais que, historicamente, já tem acesso privilegiado ao Estado, porém é apresentada ao público como defesa do princípio da separação dos poderes.

Contrariamente à oposição, juristas do porte de Fabio Konder Comparato, Celso de Mello e Dalmo Dallari entendem que o decreto respeita a Constituição Federal e não fere o princípio da separação dos poderes. Lendo o decreto, constata-se que a política se aplica apenas a administração pública federal, dando extensão e detalhamento a processos participativos já existentes e com menção explícita aos limites estabelecidos na legislação em vigor. Por exemplo, artigo 10 do decreto apresenta diretrizes para a constituição de novos conselhos e para a reorganização dos conselhos já constituídos “ressalvando o disposto em lei”. Já o parágrafo segundo do mesmo artigo afirma que a “publicação das resoluções de caráter normativo dos conselhos de natureza deliberativa vincula-se à análise de legalidade do ato pelo órgão jurídico competente”. Ou seja, tais mecanismos de participação operarão nos limites da legislação existente e não substituirão os representantes eleitos pelo povo na função de legislar. A democracia representativa pode ser também participativa. Além disso, são várias as regras voltadas a garantir a transparência, a responsabilidade, a diversidade

e a rotatividade de representação nestes mecanismos de participação, o que minimiza o risco de se constituírem como objetos de cooptação da sociedade civil pelo Estado. Basta ler o texto.

Mais do que isto, o decreto é uma resposta direta da Presidência da República às mobilizações de massa que ocorrem no Brasil desde 2013. É uma medida que contribui para solucionar o problema do “você não me representa”. Não é à toa que a oposição principal ao decreto vem do partido DEM, um grupo político conservador, vinculado a oligarquias, que é também um desdobramento direto do partido dominante da ditadura militar (ARENA). Estes grupos conservadores tem procurado utilizar as mobilizações em massa apenas para desestabilizar o governo Dilma, sem terem um compromisso real com o povo. Afinal, quando surgem propostas para aprofundar a participação popular na democracia brasileira, eles trabalham contra elas (desde as propostas de reforma política à política nacional de participação social). Basta lembrar que o DEM, então sob a sigla PFL, esteve na base de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso, que, por anos, abusou das medidas provisórias para legislar sem precisar de aprovação imediata do Parlamento. Mas, agora, o DEM resolve defender a separação dos poderes e a independência do poder legislativo. Num nível mais prático, a própria tática utilizada pelo DEM para se opor ao decreto — a obstrução de votações na Câmara através do uso da fala em plenário e da ausência voluntária de parlamentares — já é sugestiva de uma política feita “na marra”.

[HTTP://OUTRASPALAVRAS.NET/BRASIL/QUEM-TEM-MEDO-DA-SOCIEDADE-CIVIL](http://OUTRASPALAVRAS.NET/BRASIL/QUEM-TEM-MEDO-DA-SOCIEDADE-CIVIL)

Felipe Amin Filomeno - É Doutor em Sociologia pela Johns Hopkins University (EUA), atuando nas áreas de Economia Política Internacional e Comparativa, com foco na América Latina. Desde 2012, é professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Seu currículo Lattes está aqui. Mantém o blog: <http://felipeaminfilomeno.wordpress.com>.

“O debate não é mais sobre legalizar ou não, é sobre como legalizar”

Por André Cristi

Na 7ª Marcha da Maconha, pais e filhos, professores e estudantes, gays, feministas, negros, punks, skatistas desfilaram de maneira pontual e tranquila.

A Avenida Paulista poucas vezes esteve tão perfumada quanto às 4h20 da tarde do último sábado (26), quando milhares de pessoas (de acordo com os organizadores, 15 mil; de acordo com a Polícia Militar, 3 mil) realizaram a sétima Marcha da Maconha de São Paulo. Pais e filhos, professores e estudantes, gays, feministas, negros, punks, skatistas. Usuários ou não, cantavam marchinhas:

“Se você acha que a maconha mata
a maconha não mata, não
quem mata pobre é a polícia
a Rota e o Caveirão.”

Desfilando de maneira pontual, tranquila e bem organizada, a Marcha tinha cada um de seus manifestantes com um panfleto trazendo orientações de segurança.

Poucos policiais acompanharam a manifestação, que terminou sem detenções. Ao anoitecer, quando a manifestação já se aproximava da Praça Roosevelt, fez-se um minuto de silêncio às vítimas da guerra às drogas.

Guerra às drogas é guerra aos negros e pobres

Como mostra o minuto de silêncio, a Marcha pretendia aprofundar a discussão da legalização das drogas em vários aspectos. Segundo Júlio Delmanto, organizador da Marcha e membro do coletivo Desentorpecendo a Razão, “é claro que um dos pontos importantes é a questão da liberdade individual. Mas a Marcha discute mais do que isso. A gente acha fundamental, por exemplo, fazer a conexão do racismo com a guerra às drogas, que historicamente atinge sobretudo os negros”, afirmou.

Maconha é uma palavra de origem quimbundu, de Angola. Era uma prática tradicional da senzala. De acordo com Henrique Carneiro, professor de História da USP, há uma relação direta entre proibicionismo e racismo. “A primeira lei contra a maconha é de 1830, contra um hábito, por parte dos escravos, que tinha até uma carga de devoção religiosa. Há um elemento racista na proibição que permanece até hoje porque as populações pobres e faveladas continuaram a ter nessa planta um instrumento de lazer, até de uso medicinal”, disse.

Para Renato Cinco, vereador da cidade Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), há uma relação direta entre a crise de segurança pública no Rio de Janeiro e a guerra às drogas. “A gente vive uma situação esquizofrênica: o Estado cria leis que fortalecem grupos que depois ele dirá que quer combater. Na verdade, o que a gente observa é que guerra às drogas é uma estratégia de criminalização da pobreza. A guerra às drogas não existe, o que existe é uma guerra aos pobres”, afirmou.

O Uruguai na ponta-de-lança

“O Uruguai começou bem, mas tem que avançar.” As palavras, parecidas com as de um comentarista esportivo, são de Renato Cinco. Segundo o psolista, Mujica deu dois passos fundamentais: legalizou a maconha e estatizou a grande

produção. No entanto, diz ele, “o debate tem que ser sobre a regulamentação do mercado de drogas. Enquanto houver substâncias proibidas, haverá violência, corrupção. Proibir uma droga é abrir mão de fazer o que é possível: regulamentar. Proibindo-se, não se pode regulamentar”, defendeu.

Para Henrique Carneiro, o paradigma da proibição já foi ultrapassado. “Acho que agora o debate não é mais sobre legalizar ou não, é sobre como legalizar.”

Entre os modelos de legalização, o professor considera o uruguaio como mais inspirador. De acordo com Henrique, ao direito ao plantio, ao pequeno comércio, às empresas cooperativas deve ser combinado um abastecimento estatalizado “para evitar que grandes empresas multinacionais açambarquem esse mercado e queiram aumentar cada vez mais seu lucro, como já ocorre com o tabaco e o álcool.”

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/O-debate-nao-e-mais-sobre-legalizar-ou-nao-e-sobre-como-legalizar-/2/30805>

ESTAMOS “COMENDO” A FIFA

Por Lisandro Moura

“O Brasil não é para principiantes”. Essa frase, atribuída a Antonio Carlos Jobim, corresponde a uma advertência para quem coloca em questão o Brasil de hoje e de ontem e de sempre. Em tempos de Copa do Mundo, nosso país está mais do que nunca sintonizado com sua verdadeira vocação antropofágica, tão bem descrita no manifesto oswaldiano: “nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós”¹. Temos aversão a todo tipo de ordenação, de disciplina, de racionalização que caracterizam o pensamento burocrático impessoal e as economias de todo o tipo. Somos atrapalhados e nos metemos em grandes confusões. Na verdade, essa é a nossa maior riqueza. É que não somos afeitos à domesticação. Nem a FIFA, nem o mercado, nem o Estado e nem ninguém conseguem amansar esse povo complexo e controverso. A FIFA já constatou: o Brasil é o pior país para se trabalhar a sério na organização do Mundial. Não há elogio mais gratificante do que esse. Estamos com as obras atrasadas. Pois que atrasem! Somos originais. Vangloriamo-nos da dor de cabeça que causamos ao inimigo externo. Sairão daqui com o desejo de nunca mais retornar. Mas os traremos de volta, daqui uns anos mais, para causar-lhes uma dor de cabeça renovada.

Aqui no Brasil, nós devoramos o inimigo pela adesão a ele. Uma adesão relativa, é certo, e avessa aos compromissos de filiação. Aceitamos a Copa para mostrar ao mundo quem somos e o que desejamos ou não desejamos. Para mostrar que o país do futuro se constrói na incerteza do presente.

Na aceitação do presente como um devir. Aceitamos a Copa para combatê-la através do que ela nos proporciona de melhor: o futebol. Ah, o futebol... O combate acontece na forma de entrega nada maniqueísta. Vai ter Copa e não vai ter. Vai ter jogo e protesto, farras e vaias, sangue e gols e punhos cerrados. O corpo inteiro como experiência coletiva. Abrimos as portas de casa para o mercado financeiro, para a especulação imobiliária, para a violência internacional, violência policial. Dormimos abraçados com o inimigo. E acordamos em festa. No entanto, mal sabem os analistas principiantes que, durante a noite, nós é que “comemos” o inimigo. Assimilamos seus valores e os transformamos de acordo com uma lógica interna, própria do espírito carnavalesco. Tal como nas palavras de Haroldo de Campos sobre o sentido do Brasil canibal: “assimilar sob espécie brasileira a experiência estrangeira e reinventá-la em termos nossos, com qualidades locais iniludíveis que dariam ao produto resultante um caráter autônomo e lhe confeririam, em princípio, a possibilidade de passar a funcionar por sua vez, num confronto internacional, como produto de exportação².”

Esse é o alicerce da nossa nacionalidade. A verdade subtropical do pensamento selvagem, o pensamento da fundação da nova civilização planetária. Homo Novus Brasilensis. Eis a virtude do jeitinho brasileiro e do “homem cordial” como produto de exportação. Porque essa é nossa herança mais profunda, nossa ontologia cultural brasileira. Boicotamos o Estado antes que ele boicote nossa espontaneidade. Driblamos os governos e o mercado e apresentamos ao mundo uma nova Copa do Mundo, onde a bola dividirá o campo com os protestos. Usamos a Copa para revelar ao mundo as mazelas do mundo. Nossa luta é contra as instâncias referendadas pelo Estado e pelo mercado, que tentam controlar as efervescências e organizá-las de acordo com a lógica normativa do poder. O poder que vem de cima e que é avesso ao húmus, aos que vivem no chão. Nossa filosofia é chã, como a do Manoel de Barros. Nossa tática é irracional, é anti-tática. O fim da política como estratégia de guerra. A refundação da política como experiência interna,

regada à festa. A ordem primitiva. A vitória de Dionísio sobre Apolo. A derrota da ciência pela astúcia do mito. A superioridade da magia frente à desencantada religião. Não seria isso o verdadeiro “ateísmo com Deus” do manifesto antropofágico?

De fato, não há compatibilidade entre o nosso turbante de bananas e a gravata engomada dos executivos da Copa. Aqui a periferia (aqueles do chão) impera antes, durante e depois do carnaval. É ela quem civiliza. Essa é a nossa virtude. Por isso, a tradicional fórmula “colonizadores versus colonizados”, com a superioridade dos primeiros, não se encaixa no nosso perfil. Nossa fórmula é tupi: a anti-fórmula. Somos potência econômica. Mas o que temos com isso? Não partilhamos a riqueza. Dominamos pelo imaginário, esse sim bem distribuído e cada vez mais real e potente.

Não basta a FIFA ter o poder do capital para financiar o espetáculo artificialmente midiaticizado e ordenar a cidade de acordo com interesses financeiros. Aqui nos trópicos, capital não é suficiente. Tem que ter jogo de cintura, saber sambar e rebolar na boquinha da garrafa. Caso contrário, damos de 10 a 0 com direito a drible à la Garrincha, balãozinho e bola por entre as canelas. Não basta ter poder, tem que ter espírito. Isso nós temos de sobra. Com o espírito do Exu tranca-copa, o espírito do povo das ruas, dos bêbados e equilibristas, dos palhaços de circo, dos bufões de esquina, dos mascarados, dos craques da várzea... nós vamos, aos poucos, “comendo” a FIFA.

Estamos na véspera da Copa que não vai acontecer. Cabe aqui uma última advertência a todos o que pensam poder colocar o Brasil em xeque. A advertência já foi dada por Hélio Oiticica, o herói marginal, mas poderia ter saído de qualquer outro anti-herói Macunaíma, ou seja, de qualquer um de nós: “quem ousará enfrentar o surrealismo brasileiro?”³

<http://outraspalavras.net/brasil/estamos-comendo-a-fifa/>

¹ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. In: A Utopia Antropofágica. Obras Completas de Oswald de Andrade. São Paulo: Globo 1990.

²Citado por VELOSO, Caetano. Antropofagia. São Paulo: Penguin Classics / Companhia das Letras, 2012, p. 54.

³OITICICA, Hélio. Brasil Diarréia (1973). In: In DERCON, Chris et all (org). Hélio Oiticica (catálogo). Rio de Janeiro: Centro de Arte Hélio Oiticica, 1998.

Lisandro Moura é sociólogo, mestre em Educação e professor de Sociologia do IFSul. Desenvolve pesquisas sobre o Imaginário e a dimensão simbólica das experiências de (auto)formação na educação. Trabalha em projetos voltados para as culturas populares e tradicionais do sul do Brasil e suas relações com o ensino de Sociologia, dentro do contexto das narrativas visuais (Cinema e Fotografia). Mantém o blog <http://lisandromoura.wordpress.com/>



PUB004 // AGO 014